



Público

10-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 2159 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11



A negociação continua António Costa e Catarina Martins ainda não chegaram a acordo sobre o “grau de compromisso”

Política, 10/11

Costa diz ter “estabilidade” para governar, só ainda não sabe como

Primeiro-ministro saiu da ronda de negociações com garantias de que terá portas abertas para falar. E nada mais, no caso do PCP. Mas vai continuar a discutir grau de compromisso com o Bloco

“Geringonça 2.0”
 Liliana Valente

No final da ronda pelos cinco partidos com que decidiu falar, António Costa era ontem um primeiro-ministro que garantia que tinha “estabilidade” para governar, mas ainda não é certo se terá algum acordo que lhe garanta a estabilidade gravada na pedra ou se irá governando sozinho, negociando caso a caso. Nos próximos dias vai manter conversas com o Bloco de Esquerda, com o PEV e com o PAN. O BE foi o único partido que propôs a António Costa que procurem um acordo “com horizonte de legislatura”. O PCP saltou fora da “geringonça” e rejeitou qualquer possibilidade de acordo que os vincule a quatro anos: “Daqui a quatro anos não sei se estamos todos vivos”, resumiu assim Jerónimo de Sousa.

Depois de passar pelas várias sedes dos partidos, Costa não mostrava publicamente “preferência” por nenhuma das possibilidades que tem à frente. Passou a ser “agnóstico” em relação à forma que possam assumir eventuais entendimentos, depois de ouvir o PCP dizer que não quer nem acordos escritos nem verbais e que apenas tem disponibilidade para negociar caso a caso, a começar já com o Orçamento do Estado para o próximo ano.

O resumo de Costa é que não importa o modelo de entendimento. Diz que recebeu garantias de todos que há “vontade clara de que o país viva quatro anos de estabilidade política” e isso chega-lhe. “A possibilidade de haver entendimentos com uns ou com outros é algo que está em aberto. Em todos, encontrámos disponibilidade para trabalhar e procurarmos graus de entendimento. Uns à partida para quatro anos, outros só passo a passo”, disse. É aqui que entram as diferenças entre PCP e BE. Este último propôs-lhe mais.

Catarina Martins apresentou a António Costa uma proposta para um

“entendimento inicial” que possa ter tradução “no programa de Governo”, que “garanta estabilidade à vida das pessoas” e que “reforce uma solução política de horizonte de legislatura”. A coordenadora do BE espera agora a resposta do PS, que ficou de analisar o caderno de encargos. Um acordo para quatro anos de Governo “vai depender da convergência” que o partido alcançar com os socialistas nas matérias que considera essenciais.

Na prática, o que o BE propõe é que o acordo escrito seja semelhante ao que aconteceu em 2015. “Há quatro anos, o acordo que foi feito foi um acordo que ficou plasmado no programa do Governo e que tinha logo o horizonte das várias medidas com o contributo dos partidos que constituíram a maioria parlamentar que veio a aprovar os orçamentos”, lembrou Catarina Martins.

Para o Bloco de Esquerda, essa é a solução de entendimento ideal. Aos jornalistas, a líder bloquista repetiu aquela que considera ser a fórmula que garante a repetição dessa estabilidade: um acordo que esteja inscrito no programa do Governo e que, consequentemente, inclua o “caderno de encargos” defendido pelo Bloco de Esquerda desde a noite eleitoral. Se este acordo falhar, o Bloco não fecha a porta a negociar orçamento a orçamento, lei a lei.

PAN e PEV à mesa

Qual será o grau de convergência e quais as matérias a incluir num entendimento com o PAN é algo que ainda não se sabe, mas será mais um partido com que o PS irá falar. As conclusões sobre as conversas com este partido ficaram adiadas para a próxima semana. Para já, André Silva disse que “não ficou nada fechado nem nada definido”. Mas Costa viu nesta abertura do PAN a possibilidade de um entendimento com vista a um “acordo com perspectiva de legislatura”, mesmo que sejam as linhas gerais depois negociadas pontualmente. Na verdade, o que há quatro anos fez com os



partidos da “geringonça”. A António Costa, André Silva prometeu “apoios pontuais” com o PS, quer “em processo legislativo extraordinário ou ao nível de Orçamento de Estado”.

Nos próximos dias acontecerão também conversas com Os Verdes. António Costa saiu satisfeito do encontro e afirmou que “ficou ind-

ciada a ideia” de que é possível “manter a prática de apreciações conjuntas prévias de propostas de Orçamento do Estado (OE), de moções de censura e programas de Governo”, disse. Ou seja, matérias de que dependa a sobrevivência do executivo, sem que haja necessidade de papel escrito. A “moeda de troca” é que o PEV veja

incluídas no programa de Governo socialista e nos futuros orçamentos do Estado algumas medidas que considera essenciais - e esse trabalho terá de começar nos próximos dias, afirmou José Luís Ferreira, dirigente do PEV.

Avaliando todas as hipóteses, António Costa, não quer demorar

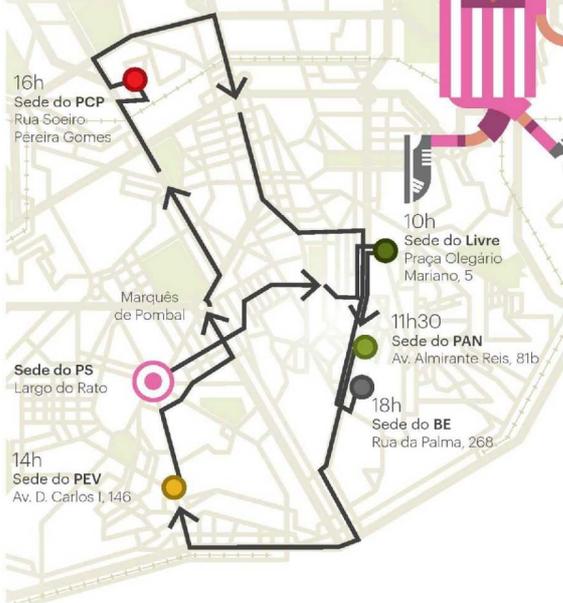
O PCP reiterou ontem ao ao PS que não está disponível para acordos escritos para quatro anos e avisou que apreciará todas as propostas do futuro Governo à luz da política patriótica e de esquerda que postula



FOTOS: RUI GAUDÊNCIO

A rotada "geringonça 2.0"

António Costa fez maratona de reuniões com os parceiros de solução governativa e também com o PAN e Livre



“Sou mesmo agnóstico quanto à forma [do acordo]

António Costa
Primeiro-ministro e líder do PS indigitado para formar novo

Governo

[Defendemos um acordo que] “garanta estabilidade à vida das pessoas e que reforce uma solução política de horizonte de legislatura (...). Há quatro anos foi feito um acordo que ficou plasmado no programa do Governo

Catarina Martins
Coordenadora do BE

Daqui a quatro anos não sei se estamos todos vivos

Jerónimo Sousa
Secretário-geral do PCP

Consideramos absolutamente necessário que haja uma continuação de uma convergência

Joacine Katar-Moreira
Deputada eleita do Livre

e que iria analisar cada proposta do PS e decidiria com “liberdade”, ela desvaneceu-se na hora e 15 minutos que durou a reunião na Soeiro Pereira Gomes. O líder comunista não terá dito aos socialistas nada de novo em relação ao que tinham sido as conclusões do comité central do PCP que divulgara de manhã: compromissos escritos não fazem sentido hoje. Maior transparência será difícil.

“Respeitamos os partidos que entendem que é útil que haja acordo escrito e também os partidos que entendem que não é útil que haja acordo escrito. Não trabalharemos preferencialmente com nenhum dos partidos com quem temos contactos ao longo do dia de hoje”, prometeu António Costa à saída da reunião.

Costa já sabe com o que conta: o programa de Governo e os orçamentos serão analisados caso a caso e, se o PCP promete contribuir de forma “interventiva” para os segundos, o primeiro documento é uma “responsabilidade” exclusiva do executivo - mas que terá de ter “linhas de orientação e soluções aceitáveis”, avisou Jerónimo. Que também sinalizou que essa análise será feita à luz do que o PCP considera os eixos centrais para uma “política patriótica e de esquerda”. Eixos que incluem a “libertação do país da submissão ao euro” e a renegociação da dívida, o controlo público da banca e de outros sectores estratégicos (três temas que o líder comunista mal aflorou na campanha), a valorização dos salários e dos trabalhadores assim como da produção nacional, a melhoria dos serviços públicos, uma política fiscal mais justa e uma justiça acessível a todos. “É a partir daqui que o PCP proporá e se posicionará para avaliar as propostas do PS”, disse. A fasquia está alta, o recado dado e a porta fechada até ao OE.

Também o Livre se colocou de fora de um entendimento bilateral, só estando disponível para dar apoio parlamentar ao Governo, se houver acordos multilaterais, com vários partidos. “Consideramos absolutamente necessário que haja uma continuação de uma convergência”, afirmou Joacine Katar-Moreira. Por isso, o Livre declarou-se disponível para “participar numa união à esquerda”, desde que esta “seja uma união multipartidária”. **com Maria Lopes e Liliana Borges**

liliana.valente@publico.pt



mais de um mês, como há um ano, para ter a equipa formada e programa apresentado. O “quadro político é distinto”, referiu por várias vezes. O timing entre apuramento de resultados e tomada de posse da Assembleia da República fará com que a Costa deva apresentar o novo executivo ao Presidente da República a

partir de dia 21 de Outubro, o que faz com que o programa de Governo tenha de ser apresentado até ao final do mês. “A minha ideia é ter tudo preparado para, assim que a Assembleia da República esteja constituída, poder apresentar ao Presidente da República a composição do próximo Governo”. Este calendário dá

ambos os lados da negociação um prazo final.

PCP analisará OE ano a ano
Se António Costa tinha esperança de que o PCP desse um passo na sua direcção, depois de, no domingo, Jerónimo de Sousa ter logo avisado que não se repetiria a “cena do papel”